

O EMPRESARIAMENTO DA EDUCAÇÃO E A REFORMULAÇÃO DO ENSINO MÉDIO NO RIO DE JANEIRO DE 2022 A 2024

EL EMPRENDIMIENTO EDUCATIVO Y LA REFORMULACIÓN DE LA EDUCACIÓN SECUNDARIA EN RÍO DE JANEIRO DE 2022 A 2024

Charles Gonçalves Ferreira

Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil

charlesgf@id.uff.br | orcid.org/0009-0002-0082-6235

Jacqueline da Silva Deolindo

Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil

jacquelineolindo@id.uff.br | <https://orcid.org/0000-0003-3796-608X>

Resumo

Este trabalho tem por objeto refletir sobre as reformulações ocorridas no Ensino Médio da rede estadual do Rio de Janeiro entre os anos de 2022 e 2024, tendo como base a Reforma do Ensino Médio, lei 13.415/2017, e a Base Nacional Comum Curricular, tendo como base a compreensão que se trata de um projeto de formação da juventude formulado e implementado com o empresariado brasileiro. A influência empresarial na educação é cada vez maior, especialmente, a partir do neoliberalismo, momento no qual o empresariado consegue, de forma orgânica, agir com vistas ao atendimento dos interesses de sua classe, o que significa que as agências do capital estão incidindo fortemente sobre a educação popular, tornando-se parte das estratégias de governabilidade e de formação de uma nova subjetividade. Uma das disputas centrais nesse processo é entorno da natureza curricular do Ensino Médio, nesse contexto ganha espaço o papel da educação escolar no desenvolvimento das habilidades e das competências. A aprendizagem (não o ensino-aprendizagem) é colocada no centro do processo educacional e objetiva potencializar a autoformação e a autocondução dos sujeitos econômicos, que devem aprender a lidar com situações de incerteza e a desenvolver a capacidade de readaptação.

Palavras-Chave: Reforma do Ensino Médio. Rede estadual do Rio de Janeiro. Políticas Públicas. Empresariamento da Educação.

THE ENTREPRENEURS HIP OF EDUCATION AND THE REFORMULATION OF HIGH SCHOOL IN RIO DE JANEIRO FROM 2022 TO 2024

Abstract

A R T I G O

Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição - Não comercial - Compartilhar igual 4.0 Internacional.



This paper aims to reflect on the reforms that have taken place in the high school system of the state of Rio de Janeiro between 2022 and 2024, based on the High School Reform, law 13.415/2017, and the National Common Curricular Base, based on the understanding that this is a youth education project formulated and implemented with the Brazilian business community. The influence of business in education is increasing, especially since neoliberalism, a time when business has been able to organically act with a view to meeting the interests of its class, which means that the agencies of capital are having a strong impact on popular education, becoming part of the strategies of governability and the formation of a new subjectivity. One of the central disputes in this process is around the curricular nature of high school education. In this context, the role of school education in the development of skills and competencies gains ground. Learning (not teaching-learning) is placed at the center of the educational process and aims to enhance the self-education and self-management of economic subjects, who must learn to deal with situations of uncertainty and develop the capacity for readaptation.

Keywords: High school reform. Rio de Janeiro state network. Public policies. Entrepreneurship in education.

EL EMPRENDIMIENTO EDUCATIVO Y LA REFORMULACIÓN DE LA EDUCACIÓN SECUNDARIA EN RÍO DE JANEIRO DE 2022 A 2024

Resumen

Este artículo busca reflexionar sobre las reformas implementadas en el sistema de educación secundaria del estado de Río de Janeiro entre 2022 y 2024, con base en la Reforma de la Educación Secundaria, Ley 13.415/2017, y la Base Curricular Común Nacional, partiendo de la base de que se trata de un proyecto de educación juvenil formulado e implementado con la comunidad empresarial brasileña. La influencia de las empresas en la educación está en aumento, especialmente desde el neoliberalismo, una época en la que las empresas han podido actuar orgánicamente para satisfacer los intereses de su clase. Esto significa que las agencias del capital están teniendo un fuerte impacto en la educación popular, integrándose a las estrategias de gobernabilidad y la formación de una nueva subjetividad. Una de las disputas centrales en este proceso gira en torno a la naturaleza curricular de la educación secundaria. En este contexto, cobra mayor relevancia el papel de la educación escolar en el desarrollo de habilidades y competencias. El aprendizaje (no la enseñanza-aprendizaje) se sitúa en el centro del proceso educativo y busca potenciar la autoformación y la autogestión de los sujetos económicos, quienes deben aprender a afrontar situaciones de incertidumbre y desarrollar su capacidad de readaptación.

Palabras clave: Reforma de la educación secundaria. Red del estado de Río de Janeiro. Políticas públicas. Emprendimiento en educación.

Introdução

O Ensino Médio, previsto para atender a população de 15 a 17 anos, historicamente, é alvo de debates sobre seu papel e sua finalidade. As últimas décadas registraram muitas normatizações sobre essa etapa da educação básica, evidenciando uma histórica disputa de projetos de formação para a juventude, sob as prerrogativas da relação desse grupo etário com o mercado de trabalho.

Desde 2012 esse debate se intensificou com a criação de uma Comissão Especial para Estudos e Proposições para a reforma do Ensino Médio, na Câmara dos Deputados. Dessa comissão resultou o Projeto de Lei nº 6.840/2013, desde então esse o projeto tramitava com diversos debates embates, criação de um substitutivo.

O projeto de lei de reformulação do Ensino Médio e seu substitutivo ficaram sem tramitação e, uma vez consolidado o *impeachment* de Dilma Rousseff, o governo Michel Temer encaminhou para o Congresso Nacional a Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016, que foi posteriormente transformada na Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. A imposição por meio da medida provisória foi uma tomada de posição do governo em relação a uma discussão que não havia encontrado consenso no PL 6840/2013, que, em seu texto original, antes das alterações sofridas ao longo de sua tramitação, continha uma concepção semelhante à proposta de Temer.

Uma nova conjuntura se abre a partir da eleição do presidente Lula e a partir de muita mobilização em agosto de 2024 é sancionada a Lei 14.945/24. A Lei ameniza parcialmente os efeitos da reforma ultraliberal iniciada no governo Temer. O resultado dessa nova reforma, infelizmente, ficou aquém da necessidade de se resgatar direitos e oportunidades para a juventude, sobretudo aos filhos da classe trabalhadora que estudam em escolas públicas.

A expectativa pelo texto da lei era que a implantação inicia-se no ano de 2025 porém a partir de regulamentação do Conselho nacional de Educação em novembro de 2024 a obrigatoriedade na implementação da nova reformulação ficará para 2026. É o que vai ocorrer no Rio de Janeiro, embora o ano de 2025 tenha tido uma reformulação curricular que o governo chamou de currículo de transição.

Trata-se da política pública para formação da juventude brasileira, tendo em vista o projeto econômico que frações hegemônicas da classe dominante com as reformulações curriculares em contexto de centralidade no discurso

empresarial e nas políticas educacionais vigentes no país, nos diversos níveis administrativos de governo. Deste a aprovação da lei então houve todo um processo de elaboração e implementação da reforma a nível nacional e estadual. Nesse trabalho vamos analisar o processo de implementação do Rio de Janeiro centralmente do ano de 2022, ano de início da implementação. O projeto em questão permaneceu até o final de ano letivo de 2024.

Analizamos esse processo a partir da compreensão que somos um país de capitalismo dependente (MARINI, 2005; FERNANDES, 2006), que viveu e vive com a complexa reestruturação capitalista e com o ajuste neoliberal implementado a partir da década de 1990, com processos de emergência e de consolidação da orientação neoliberal. Esse processo além de instituir novas práticas de políticas socioeconômicas deram, ao Estado, outros fins e funções, também inaugurou uma nova racionalidade (HARVEY, 2008; DARDOT; LAVAL, 2016). essa dinâmica da dependência vem aumentando a desindustrialização, o desemprego, as desigualdades sociais e vem operando um desmonte na rede de proteção social.

Em consequência disso, há uma ressignificação dos processos educativos e formativos tanto no âmbito organizativo, quanto no do pensamento pedagógico. Nesse contexto Ensino Médio brasileiro tem sido alvo de disputas e reformas que buscam adaptar a escola aos objetivos econômicos e político-ideológicos do projeto da burguesia mundial para os países periféricos. Esse processo vem afetando a formação humana e escolar submetida aos padrões da acumulação flexível, em contexto de precarização, uberização do trabalho e empresariamento da educação.

1. O empresariado e a reforma do Ensino Médio

A aprovação e a implementação de reformas como a do Ensino Médio só se tornam possíveis a partir de uma ampla articulação de setores dominantes (não só nacionais, mas também internacionais), em cada formação

social concreta, em conjuntura favorável e devido à formulação e à atuação de organizações na sociedade civil e na sociedade política (como os organismos internacionais, aparelhos privados de hegemonia, intelectuais orgânicos e aparelhos de Estado).

A partir das análises de Gramsci e Poulantzas, entendemos que as políticas públicas, dentre elas a política educacional, representam a materialização do Estado em um determinado contexto de luta de classes inserido dentro de um momento particular do capitalismo, vinculado à acumulação do capital e ao mundo do trabalho. No atual contexto de profunda crise estrutural, a ofensiva do capital contra o trabalho atinge em cheio a juventude. A agenda globalmente estruturada do capital atua para tornar os serviços públicos e as políticas sociais excelentes oportunidades de negócio. E assim vivenciamos uma redefinição do papel do Estado, a partir das políticas neoliberais, da mundialização¹ e da reestruturação produtiva. A lógica de transformação da sociedade extrapola o campo econômico, conformando-se em uma nova racionalidade, que afeta severamente o sistema educacional.

A influência empresarial na educação é cada vez maior, especialmente, a partir do neoliberalismo, momento no qual o empresariado consegue, de forma orgânica, agir com vistas ao atendimento dos interesses de sua classe, o que significa que as agências do capital estão incidindo fortemente sobre a educação popular, tornando-se parte das estratégias de governabilidade e de formação de uma nova subjetividade. Assim, a educação não somente se torna uma excelente oportunidade para os negócios, como também para a difusão de um *ethos* favorável aos interesses dominantes, utilizando-se do caráter de socialização da educação para induzir as chamadas competências e habilidades

¹ O conceito de mundialização do capital é utilizado por Chesnais (1996) para referir-se a uma "nova configuração do capitalismo mundial e aos mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação" (CHESNAIS, 1996, p.13). Para Chesnais (1996, p.15), essa nova configuração caracteriza-se pelo "sentido e o conteúdo da acumulação de capital e dos seus resultados são bem diferentes", embora persistam aspectos das fases anteriores. Chesnais destaca ainda a posição de centralidade ocupada pelo capital financeiro no que concerne à acumulação capitalista. Segundo o autor, na fase de mundialização, "o estilo da acumulação é dado pelas novas formas de centralização de gigantescos capitais financeiros" (CHESNAIS, 1996, p.14).

adequadas ao capitalismo. É a partir desses complexos interesses que se operacionaliza a reforma do Ensino Médio.

Embora a atuação do privado sobre a educação tenha sido forte ao longo da história brasileira, o que demonstra um conflito de interesses entre os defensores do sistema público e os defensores da educação privada, nesse atual contexto, as estratégias da classe dominante redefiniram as fronteiras entre o público e o privado (PERONI, 2003; 2005; 2007).

Nas políticas educacionais, o avanço do privado sobre o público se deu em vários âmbitos, desde a formulação de políticas, de avaliações, de gestões, do currículo e até de oferta, demonstrando uma versatilidade de avanços da lógica privada mercantil sobre o sistema público de ensino. Vale destacar a atuação da classe dominante (via aparelhos privados de hegemonia e partidos no sentido gramsciano) e a atuação de seus intelectuais tanto na sociedade civil, como na sociedade política. A classe dominante, historicamente, busca travestir os interesses privados em interesses públicos.

Entendemos esse processo dentro da conjuntura histórica de crise que vivemos desde os anos de 1970 que conduz à reformulação do papel do Estado no mundo e no Brasil. Essa reformulação vive, atualmente, um processo de aprofundamento a partir da crise econômica mundial sentida, internacionalmente, a partir de 2008 e, mais profundamente no Brasil, a partir de 2014. Nessa conjuntura de crise e a partir do golpe de 2016, quando os representantes da classe dominante no parlamento cassaram o mandato da presidenta Dilma Rousseff, ficou possível para a classe dominante aprofundar políticas de ataque aos trabalhadores, investindo na diminuição democrática através de forte intervenção coercitiva. Essas ações coordenadas desmontaram uma série de direitos dos trabalhadores, assim como, de direitos sociais.

Vivemos, uma investida na diminuição democrática que perpassou o período na presidência de Temer e de Bolsonaro, materializada pela implantação de uma agenda conservadora de ataque aos direitos trabalhistas, aos direitos de jovens, homossexuais, negros, indígenas e mulheres e que buscou reconfigurar a relação de forças entre capital/trabalho ao impor um

enorme retrocesso à classe trabalhadora e a perda de suas conquistas mais elementares de proteção social.

Esse processo é também expressão da frágil democracia brasileira e da autocracia burguesa do capitalismo dependente brasileiro nessa nova conjuntura que visa, além da construção do regime autocrático, o desmonte ainda maior da proteção social. Recordamos ainda que está em curso uma mudança muito substancial no mundo do trabalho, marcada pelo aumento da precarização e da desregulamentação do trabalho. Mudança, essa, que tem o objetivo de fazer os trabalhadores não mais se reconhecerem enquanto trabalhadores.

A escola, nesse contexto, torna-se instrumento central na fabricação desse novo trabalhador, visando o aumento da capacidade técnica necessária para a produção e, também, a captura da subjetividade de trabalhadores para que não questionem as relações de exploração e de dominação burguesa. Para isso, a escola pública deve ser esvaziada de conteúdos elementares no campo científico, tecnológico, filosófico, cultural e artístico, “negando os fundamentos das ciências que permitem aos jovens entender e dominar como funciona o mundo das coisas e a sociedade humana” (MOTTA; FRIGOTTO, 2017, p. 369). Tudo isso acompanhado de um forte protagonismo empresarial e esse é um importante passo para administrar a questão social e criar condições favoráveis à expansão do capital.

A invasão do pensamento e das articulações empresariais dentro da educação escolar leva a um aprofundamento do apartheid socioeducacional, com uma progressiva redução do processo de escolarização à simples transferência de competências e habilidades necessárias a um suposto mercado de trabalho que demanda maior “qualificação” e um tipo resiliente de trabalhador. Como resultado dessa educação reduzida e alinhada a interesses dominantes, ocorre o cerceamento/expropriação do trabalho docente, visível com a desqualificação/requalificação da formação docente (MOTTA; ANDRADE, 2020).

Nos últimos trinta anos, a entrada das organizações representativas da classe dominante no interior da escola foi um fenômeno internacional, impulsionado por programas e políticas que conduziram as reformas nos Estados nacionais com grande impacto na educação pública.

A articulação presente no interesse da classe dominante busca tornar a educação um vasto mercado empreendedor, por meio da venda de assessoramento pedagógico e de gestão escolar, da comercialização de diplomas, da privatização do ensino superior e da criação de diferentes estratégias que respondam, exclusivamente, a formar trabalhadores para a demanda do mercado.

Houve também uma retomada e um rejuvenescimento da Teoria do Capital Humano (FRIGOTTO, 2006) e o país viveu um período de muitas mudanças, como as reformas políticas e administrativas expressas em muitas políticas públicas, programas sociais e educacionais e que foram respaldadas por um arcabouço legal volumoso, constituído por emendas constitucionais, leis, decretos, portarias e resoluções. Essa base legal apregoou e apregoa a necessidade de a escola atender as prerrogativas do mercado de trabalho, em prol do fortalecimento justamente do capital humano do país, em busca de empregabilidade e de desenvolvimento econômico.

Também na década de 1990, a ação do empresariado se tornou mais relevante. Este segmento contribuiu, efetivamente, na definição da agenda educacional e na materialização de políticas para a educação, em diferentes níveis e etapas. A justificativa apresentada para esse processo foi o manto da responsabilidade social. Essa prática retoma a problemática da relação entre o público e o privado, que perpassa a redefinição do papel do Estado, com implicações diretas nas políticas públicas, dentre elas, a educação (DOURADO, 2006).

Entendemos como empresariamento o processo de intervenção, cada vez maior, de empresas sobre a educação. Esse processo ocorre, principalmente, por meio dos aparelhos privados de hegemonia da classe dominante, assim como pela atuação de seus intelectuais, que agem na

sociedade civil, nos institutos, nos meios de comunicação de massa e na sociedade política, em inúmeras agências governamentais, em cargos legislativos, em conselhos e em secretarias de educação. Portanto, o fenômeno do empresariamento se alastra e se consolida por diferentes segmentos e esferas sociais, das quais a educacional é somente uma faceta.

Atualmente, a tomada de controle sobre a educação por parte das empresas, seja no âmbito da formulação de políticas públicas, da administração direta da instituição ou via parceria público-privada, é suficiente para trazer à baila (i) a consolidação e expansão da educação enquanto nicho de mercado, (ii) a incorporação da educação à gama de mercadorias produzidas e consumidas na sociedade capitalista e (iii) a subsunção da educação à concepção e à lógica do empresariado e o repasse de verbas públicas para este grupo. Assim, embora o empresariamento não seja um fenômeno manifesto apenas no âmbito educacional, consideramos fundamental envidar esforços no sentido de compreender as especificidades que o protagonismo empresarial assume na educação escolar na sua atual forma, contribuindo para desmistificar o discurso burguês que naturaliza as relações de opressão e exploração enredadas na sociedade burguesa (MOTTA; ANDRADE, 2020, p. 69).

A participação de aparelhos privados de hegemonia na forma de institutos ligados ao empresariado, que atuam em parcerias com os governos federal, estaduais e municipais no desenvolvimento de projetos para a educação básica, é uma prática que surgiu e cresceu de maneira significativa nas últimas décadas.

Os institutos são a materialização do setor privado na educação. Suas intervenções não são somente pontuais e vêm resultando em definição de políticas educacionais para o Ensino Médio. Alguns institutos como: Instituto de Co-responsabilidade pela Educação (ICE), Instituto Unibanco, Instituto Ayrton Senna são referência na relação entre os campos econômico, político e educacional e acumulam um grande volume de experiências no Ensino Médio sob a forma de parceria público-privada, junto a secretarias estaduais de educação, seja para experiências piloto, suporte pedagógico e/ou de gestão.

Além desse crescimento, as formas pelas quais os institutos vêm realizando essa aproximação com as redes de ensino, ou mesmo com as gestões centrais são multivariadas. Os APHs empresariais construíram um aparato muito bem estruturado em relação ao manejo, ao domínio e à produção ideológica, além de atuar na formulação da política pública, da gestão

do trabalho pedagógico, do controle e da avaliação por resultados. Trabalho conduzido por intelectuais orgânicos que materializam e disseminam o projeto estratégico da classe dominante, orientado pelos organismos internacionais.

Eles são disseminadores da ideia de que a educação pública é negócio rentável para se investir, apesar dos riscos do mercado; que o poder público é o principal cliente que proporciona escala e repetição dos produtos e serviços e que as políticas educacionais se efetivam sob o modelo de gestão empresarial. Os sujeitos coletivos servem de laboratório para os prepostos/funcionários eficientes e eficazes formados academicamente pelas universidades públicas e privadas e treinados em seus programas de lideranças e talentos (FARIAS, 2022, p. 9).

Um movimento recente e com grande influência no debate acerca da reforma é o Movimento Pela Base (MPB)², criado em abril de 2013, a partir do seminário internacional “Liderando Reformas Educacionais”, que ocorreu nos EUA e foi organizado e patrocinado pela Fundação Lemann. Esse movimento tem tido centralidade na divulgação e na organização do debate sobre a Base Nacional Curricular Comum.

O Movimento pela Base, composto por grandes grupos econômicos brasileiros multinacionais e fundações empresariais, tem aglutinado, em torno da BNCC, empresas, nacionais e internacionais, de consultoria educacional, além de instituições de governos e políticos de esferas parlamentares e executivas, em estados e municípios. Além disso, estabeleceu alianças com o CONSED, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e o próprio MEC, signatários das três versões da BNCC. Assim, o que se desenha é que o documento “Base Nacional Curricular Comum” sintetiza interesses plurais de grandes grupos empresariais, dentre os quais muitas multinacionais.

Como integrantes do movimento que constrói a BNCC, figuram, direta ou indiretamente, através de fundações “familiares”, empresariais e/ou supraempresariais: Itaú, Natura, AbInbev, Grupo Globo, Odebrecht, Braskem, Credicard, Procter & Gamble, Shell, Consórcio LIDE, Suzano Celulose, Samsung, Playstation, Avon, Dudalina, Englishtown, Citibank, Nestlé, Odontoprev, Oracle, Droga Raia, Boeing, Souza Cruz, Telefônica, entre vários outros. A essas empresas, juntam-se também organizações não governamentais, amplamente

² Mais informações disponíveis em: <http://movimentopelabase.org.br/>. Acesso em: 7 nov. 2022.

conhecidas, que atuam na educação, em especial na educação pública, como: Fundação Cesgranrio, Instituto Ayrton Senna, Fundação Leman, Fundação Roberto Marinho, Instituto Natura, Instituto Unibanco, Itaú Social e o Movimento Todos pela Educação.

Freitas (2017) observa que o processo de empresariamento da educação não se restringe apenas à ampliação do mercado educacional, mas inclui também novos arranjos de privatização que, por dentro, abarcam a reformulação curricular da educação básica nos estreitos marcos da administração da “questão social” e do “capital humano”. Ocorre, assim, um processo de empresariamento dentro e fora do Estado que atrela de forma crescente as políticas – inclusive as políticas sociais – à gestão do capital, pensadas e reproduzidas para a reprodução ampliada do capital. Os aparelhos privados de hegemonia assumem o papel central na ampliação da participação dos setores dominantes, amplificando a disputa na sociedade civil e ocupando cargos no Estado restrito. O empresariamento ocorre combinado ao empobrecimento e à fragmentação da formação da juventude, pensada a partir de demandas imediatas do mercado de trabalho.

As reformas educacionais e as práticas pedagógicas no Brasil atual buscam pautar não só as práticas pedagógicas, mas também nossos modos de vida e padrões de comportamento de uma forma geral. Nesse sentido, as escolas são invadidas por práticas e pela linguagem corporativa. A busca por uma escola “eficaz” passa a estar associada ao gerenciamento da educação, que na tentativa de alcançar melhores resultados, precisa profissionalizar sua gestão e alterar práticas pedagógicas (EVANGELISTA; SANTOS, 2014).

Amparados nos fenômenos do presenteísmo³ e do pragmatismo⁴, conferem pouca importância aos conteúdos científicos e culturais, privilegiando

³ Halph Tyler (1978) na obra *Princípios básicos de currículo e ensino*, explica que esse termo foi utilizado pelos filósofos adeptos da corrente essencialista para criticarem o currículo norte-americano no início do século XX, por manter a reflexão da vida apenas no presente. Nessa perspectiva, confere-se ocasionalmente à escola a missão prioritária de desenvolver a inteligência como capacidade multiforme de adaptação às diferenças e às mudanças

⁴ Jupiassú (1996) no *Dicionário Básico de Filosofia* define pragmatismo como uma concepção filosófica que defende o empirismo no campo da teoria de conhecimento e o

a formação de atitudes, promovendo, dessa forma, um corte na formação histórica dos indivíduos. Nessa perspectiva, confere-se, ocasionalmente, à escola a missão prioritária de desenvolver a inteligência como capacidade multiforme de adaptação às diferenças e às mudanças, e ao se tomar como parâmetro a prática cotidiana para dela extrair conhecimento, ocorre o descarte da teoria e a apreensão conceitual.

O tipo de formação desejada pelo capital, a partir das reformas educacionais, determina uma consequente desvalorização do conhecimento científico e do conteúdo cultural. Para Saviani (2013), a educação ao assumir uma posição pragmática, cética e relativista acaba por negar a tarefa histórica e clássica de transmissão-assimilação do saber objetivo, aquele que é, pela ação pedagógica, transformado em saber escolar e que justifica a existência da escola.

Vale destacar o papel dos intelectuais orgânicos do capital na difusão dessa concepção de mundo. Eles formulam, adaptam e disseminam essas ideias que fundamentam a nova concepção de mundo e de práticas político-pedagógicas da burguesia mundial. Eles são também os responsáveis pela organização de atividades que visam sedimentar, em todo o tecido social, a lógica do mercado, e assim formar novos propagadores desse novo padrão de sociabilidade para o Século XXI. Esses intelectuais atuam, cada vez com mais força, no Estado restrito, em ministérios, no Congresso Nacional e articulam expressivo apoio junto à mídia liberal/conservadora, que veicula cotidianamente suas propostas. Além desse apoio, acumulam também o suporte de inúmeras empresas, consultorias e institutos privados buscando legitimar as novas bases intelectuais e morais exigidas pelo projeto neoliberal para formar um ser humano desejável, um trabalhador com consentimento ativo desejado frente às necessidades do capitalismo contemporâneo.

utilitarismo no campo da moral. Segundo o autor o pagmatismo valoriza a prática mais do que a teoria e deve-se dar mais importância às consequências e efeitos da ação do que seus princípios e pressupostos, além disso o apresenta Charles Peirce William James e John Dewey como expressões dessas ideias.

Krawczyk (2014), baseada em uma grande pesquisa em diversas redes estaduais de ensino, salienta que o Ensino Médio vem vivenciando uma renovação da racionalidade pedagógica e organizacional com o consequente surgimento de diversas modalidades e formas de organização e de trabalho pedagógico. Processo esse que a reforma regulamenta e aprofunda, pois já vinha sendo parcialmente experimentado em redes estaduais, revelando novamente o papel privilegiado que uma fração do empresariado assumiu nessa renovação.

2. A implementação da reforma do Ensino Médio na rede pública do estado do Rio de Janeiro

O processo de implementação no Rio de Janeiro se inicia em 2022, e essa proposta implementada vai até o ano de 2024. Com a aprovação da Lei 14.945/24 já no governo Lula, há uma alteração e se implementa em 2025 um currículo de transição. A promessa do governo é que o ano de 2025 seja um ano de debate para a implementação de um novo currículo em 2026, nosso foco aqui é apresentar essa primeira etapa que foi implementada de 2022 até 2024.

No Rio de Janeiro, a reformulação do Ensino Médio, associada às parcerias com o empresariado se iniciou em 2009 com o Programa Dupla Escola, programa da Secretaria de Estado de Educação. Em 2015, ele deu origem ao Programa de Educação Integral⁵, que apresenta diferentes modalidades e propostas pedagógicas – Ensino Médio Intercultural, Ensino Médio Articulado à Educação Profissional, Programa Ensino Médio Inovador, Ensino Médio em Tempo Integral, com Ênfase em Empreendedorismo Aplicado ao Mundo do Trabalho.

Esse processo é aprofundado e regulamentado a partir da aprovação da Reforma do Ensino Médio, pelos documentos que analisamos da SEEDUC-RJ, as

⁵ Ver OLIVEIRA, Diogo Henrique Araújo. O Programa de Educação Integral do Estado do Rio de Janeiro (PROEIRJ), a Greve dos Educadores e as Ocupações Estudantis de Escolas Públicas: Hegemonia e Emancipação na Formação da Classe Trabalhadora. Niterói, 2017.257f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

parcerias público-privadas seguem sendo um eixo nesse momento pós-implementação da reforma, assim como a vinculação da formação escolar à formação para o trabalho. No Plano de Implementação do Novo Ensino Médio, que orienta a implementação um dos tópicos de destaque é o Outro tópico em destaque no documento referente à implementação é o de “Parcerias”. As parcerias, segundo consta no documento, são entendidas como pontos centrais do Ensino Profissional e Técnico.

Assim, os dois agentes econômicos atuam juntos, a iniciativa privada e o Estado, na definição da qualificação profissional a ser ofertada na escola pública do Rio de Janeiro. Segundo o documento, até 2021, as parcerias já contemplavam 432 unidades escolares, sendo a principal delas o SEBRAE.

Os currículos do Novo Ensino Médio são fragmentados em duas partes, uma destinada à parte comum do currículo, que integram as disciplinas vinculadas à BNCC e outra destinada aos itinerários formativos. Essa parte é dividida em núcleo integrador e em trilhas de aprofundamento.

A seguir, a figura demonstra o novo desenho curricular do Novo Ensino Médio no Rio de Janeiro. Está apresentada a separação entre a formação geral básica e os itinerários formativos e a divisão dentro dos itinerários formativos entre o que foi chamado de núcleo integrador e o que são trilhas de aprofundamento.

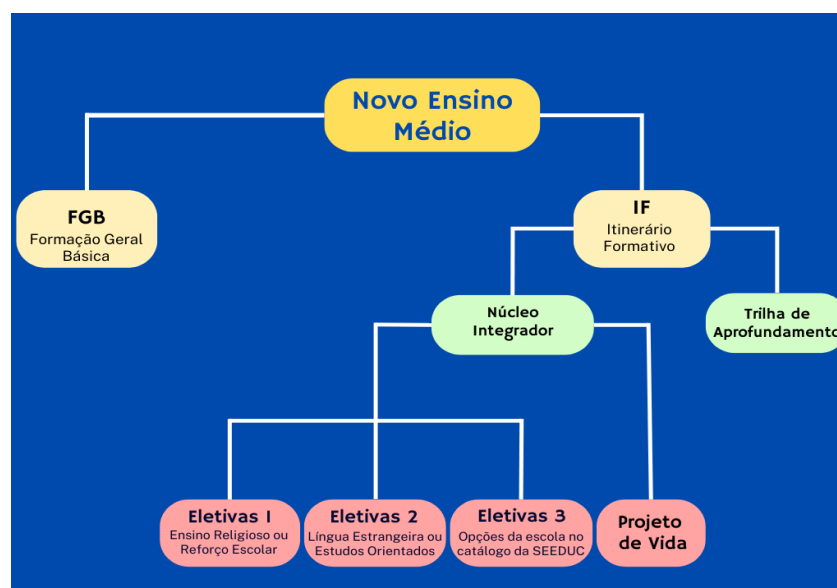


Figura 1- Arquitetura do Novo Ensino Médio no Rio de Janeiro

Fonte: Novo Ensino Médio, SEEDUC. Disponível em: <https://novoensinomedio.educacao.rj.gov.br>. Acesso em: 20 out. 2022.

Todos os currículos são iguais na parte comum, a formação geral, e na parte que envolve o núcleo integrado dos itinerários formativos que inclui as disciplinas Eletivas (1, 2 e 3) e Projeto de Vida ofertadas nos três anos letivos. As eletivas 1 e 2 têm um tempo por semana e a eletiva 3 e Projeto de Vida têm dois tempos por semana ao longo dos três anos. A diferença está na trilha de aprofundamento.

No currículo do Ensino Médio Regular a trilha é composta por 3 componentes de área, com 2 tempos cada um no segundo ano e três tempos no terceiro. Já nas escolas de tempo integral são mais componentes variando de acordo com a modalidade. Das três disciplinas chamadas eletivas, uma delas era para “escolher” entre espanhol e estudos orientados, a outra, entre religião e reforço. A terceira eletiva seria de escolha das escolas dentro de uma gama de opções contidas num catálogo disponibilizado pela secretaria na primeira semana de aula do ano, o chamado Catálogo de Eletivas do Novo Ensino Médio.

As definições de quais eletivas adotar foram feitas pelas escolas na primeira semana, principalmente, pensando nos professores que precisavam complementar sua carga horária. Essas escolhas que seriam dos alunos, em muitas escolas não aconteceram. Primeiro porque, em alguns casos, as escolas não teriam como acomodar todos os alunos em suas salas, caso a maioria deles escolhessem a mesma opção. Segundo porque também há ausência de professores em algumas dessas disciplinas

Compartilhamos aqui o currículo anterior à reforma e o currículo posterior, chamado de Novo Ensino Médio do Ensino Médio Regular

Quadro 1 - Matriz Curricular Ensino Médio – parcial diurno e noturno - terminalidade

Área de conhecimento/disciplinas	Componente curricular	Carga horária semanal			Carga horária anual			Total
		SÉRIE			SÉRIE			
	1 ^a	2 ^a	3 ^a	1 ^a	2 ^a	3 ^a		
CIÊNCIAS DA	BIOLOGIA	2	2	2	80	80	80	240

NATUREZA	FÍSICA	2	2	2	80	80	80	240
	QUÍMICA	2	2	2	80	80	80	240
MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	5	4	5	200	160	200	560
CIÊNCIAS HUMANAS	FILOSOFIA	2	2	2	80	80	80	240
	GEOGRAFIA	2	2	2	80	80	80	240
	HISTÓRIA	2	2	2	80	80	80	240
	SOCIOLOGIA	2	2	2	80	80	80	240
LINGUAGENS	ARTE	0	2	0	0	80	0	80
	EDUCAÇÃO FÍSICA	2	2	2	80	80	80	240
	LÍNGUA PORTUGUESA/LITERATURA	5	4	5	200	160	200	560
	LÍNGUA ESTRANGEIRA OBRIGATÓRIA	2	2	2	80	80	80	240
	LÍNGUA ESTRANGEIRA OPTATIVA	1	1	1	40	40	40	120
	ENSINO RELIGIOSO	1	1	1	40	40	40	120
CARGA HORÁRIA TOTAL		30	30	30	1200	1200	1200	3600

Fonte: Resolução SEEDUC nº 6035 de 28 de janeiro de 2022. (RIO DE JANEIRO, 2022, p. 20).

Quadro2 - Matriz Curricular - Novo Ensino Médio

Área De Conhecimento	Componente Curricular	Carga horária semanal			Carga horária anual			Total
		SÉRIE			SÉRIE			
			1ª	2ª	3ª	1ª	2ª	3ª
Ciências Da Natureza E Suas Tecnologias	Biologia	2	2	0	80	80	0	160
	Física	2	2	0	80	80	0	160
	Química	2	2	0	80	80	0	160
Matemática e suas Tecnologias	Matemática	4	3	3	160	120	120	400
Ciências Humanas E Sociais Aplicadas	Filosofia	2	0	0	80	0	0	80
	Geografia	2	2	0	80	80	0	160
	História	2	2	0	80	80	0	160
	Sociologia	0	0	2	0	0	80	80
Linguagens e suas Tecnologias	Arte	0	2	0	0	80	0	80
	Educação Física	2	0	2	80	0	80	160
	Língua Portuguesa/Literatura	4	3	3	160	120	120	400
	Língua Inglesa	2	0	2	80	0	80	160
Carga Horária BNCC		24	18	12	960	720	480	2160
Itinerário Formativo	Eletiva 1 – Ensino Religioso/Reforço Escolar	1	1	1	40	40	40	120
	Eletiva 2 – Estudos Orientados/Língua Espanhola	1	1	1	40	40	40	120
	Eletiva 3 – X/Y (Catálogo)	2	2	2	80	80	80	240
	Projeto De Vida	2	2	2	80	80	80	240
	Componente De Área 1	0	2	4	0	80	160	240
	Componente De Área 2	0	2	4	0	80	160	240
	Componente De Área 3	0	2	4	0	80	160	240
Carga Horária Itinerário Formativo		6	12	18	240	480	720	1440
Carga Horária Total		30	30	30	1200	1200	1200	3600

Fonte: Resolução SEEDUC nº 6035 de 28 de janeiro de 2022 (RIO DE JANEIRO, 2022, p. 20-21).

Podemos ver pelas matrizes curriculares que todas as disciplinas da Base perdem de 1/3 a 2/3 de sua carga horária, sendo as disciplinas com maior redução Sociologia e Filosofia, que foram limitadas a um ano letivo, enquanto

Biologia, Química, Física, História e Geografia passaram a ser ofertadas em dois anos letivos, ao invés dos três anteriores. Em contrapartida, disciplinas como Projeto de Vida, Estudos Orientados e disciplinas optativa são ofertadas nos três anos letivos e as três disciplinas chamadas de Componentes de Área, que pertencem às trilhas de aprofundamento, têm cada uma seis tempos somados, ao longo dos três anos do Ensino Médio.

Sobre o Projeto de Vida e Estudos Orientados, disciplinas que inúmeros professores precisaram assumir para complementar sua carga horária, foram compartilhados, nos grupos da escola, alguns materiais que eram usados nas escolas que já tinham Projeto de Vida e Estudos Orientados. Foram especificamente dois materiais⁶, um elaborado pela SEEDUC-RJ sobre essas disciplinas e outro feito pela SEEDUC-RJ em parceria do Instituto Ayton Senna, com planos de aula para a disciplina. Portanto, não houve qualquer formação e a maioria dos professores só ficou ciente que lecionaria essas disciplinas na semana anterior ao retorno dos alunos.

Sobre as Trilhas de Aprofundamento a discussão se tornou pública a partir do retorno do recesso de julho de 2022, quando, em prazo curtíssimo, as escolas tiveram que fazer reuniões emergenciais para definição dos itinerários e das trilhas aprofundamento a serem oferecidos pela escola.

Segundo o documento da SEEDUC-RJ, Implementação do Novo Ensino Médio (SEEDUC, 2021), as escolas deveriam considerar os seguintes critérios para a escolha dos itinerários:

- As condições de infraestrutura necessárias, tais como: Laboratório de Ciências, Laboratório de Informática ou *Espaço Maker*, Quadra, Auditório, Piscina, Sala para desenvolvimento de Esportes, entre outros;
- A alocação do corpo docente considerando a distribuição de carga horária da Formação Geral Básica e seu perfil;
- O perfil dos estudantes da unidade escolar;
- A Cultura Escolar e o Projeto Político Pedagógico;
- Os arranjos produtivos locais da região (RIO DE JANEIRO, 2021, p. 19).

⁶ SECRETARIA ESTADUAL DE EDCUAÇÃO, Identidade – orientação para plano de Aula. s.d. e SECRETARIA ESTADUAL DE EDCUAÇÃO, Novo Ensino Médio - Módulo III, Unidade IV, Projeto de Vida e Estudos Orientados. s.d.

Porém, o que conseguimos de informações via conversas com colegas, é que não houve qualquer discussão acerca desses pontos ou avaliações pedagógicas. O que pesou nas escolhas foi reduzir o risco de professores sobram e precisarem sair da escola. Assim, as escolas definiram os itinerários que contemplassem o maior número de professores da unidade.

No mês de outubro de 2022, as escolas receberam o documento de título Currículo Referencial do Estado do Rio de Janeiro⁷. Nesse documento, a SEEDUC apresenta o que chamou de Currículo Referencial do Ensino Médio (Regular e Educação de Jovens e Adultos). Segundo o material, esse currículo referencial tem por objetivo o fortalecimento do protagonismo dos jovens, possibilitando que escolham o itinerário formativo. O documento segue os pressupostos da BNCC em relação à pedagogia das competências.

Todo esse processo de implementação, assim como o de elaboração foi o resultado de um processo de realizado às pressas, de maneira centralizada e nada democrática, feito ao longo de alguns meses de 2022. Um processo improvisado, desorganizado e autoritário marcou a implementação da reforma na rede.

Considerações Finais

Esse projeto representa parte dos processos de construção e manutenção da hegemonia burguesa, em que a educação tem um importante papel. A classe dominante brasileira foi ocupando os espaços latentes no Estado restrito e articulando seu projeto educacional e societário em diferentes espaços como MEC, secretarias estaduais, legislativo, conselhos e institutos.

Entendemos a reforma do Ensino Médio, no Rio de Janeiro como uma estratégia de dominação burguesa em regime de acumulação flexível e como uma forma de desorganizar as classes subalternas e assegurar o consentimento das massas, fruto de um processo histórico particular marcado pela dependência e pela autocracia em momento histórico regressivo para a classe

⁷ Disponível em <https://novoensinomedio.educacao.rj.gov.br/curriculo.html>

trabalhadora. O contexto atual do mundo do trabalho é marcado pela informalização, pelo autogerenciamento e pela transferência de riscos para o trabalhador (LAVAL, 2019).

Na perspectiva de um novo ideal pedagógico que se alinhe ao perfil de "homem flexível" e "trabalhador autônomo", a escola assume papel central de formação do "capital humano", com participação ativa do mercado junto do Estado para garantir as necessidades estratégicas das dinâmicas econômicas locais. Assim, entendemos que o projeto de reforma do Ensino Médio no Rio de Janeiro busca o desenvolvimento dessa racionalidade neoliberal.

O Ensino Médio passa a ter como marca a fragmentação, a diversificação e a busca pelo controle das condutas individuais, a partir do valor da concorrência. Busca-se uma Educação para resignação em contexto de empobrecimento da classe trabalhadora.

A partir dessa base teórica, dedicamo-nos à análise da reforma do Ensino Médio, uma das maiores reformulações dessa etapa do ensino escolar na história da educação brasileira, o que ocorreu em meio à ampliação do empresariamento da educação. Esse segmento social contribuiu efetivamente na definição da agenda educacional e na materialização de políticas para a educação, em diferentes níveis e etapas e, ao longo das duas últimas décadas, tem transformado e renovado sua forma de atuação tanto na sociedade civil, como na sociedade política, junto aos aparelhos privados de hegemonia e dentro dos aparelhos de Estado.

Os Aparelhos Privados de Hegemonia ganharam protagonismo, assumindo cada vez mais funções, antes do Estado restrito, na gestão e execução de políticas sociais. Entendemos que estes aparelhos foram muito mais do que instrumentos deste novo modo de fazer a política social, dentre elas política educacional, e foram centrais para a materialização da ideologia da classe dominante em política pública

Referências

BRASIL. Lei nº 13.415/2017, de 16 de fevereiro de 2017a. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996 [...] e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 2017, 17 fev. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415htm. Acesso em: 6 abr. 2023.

BRASIL. Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016a. Exposição de Motivos. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 2016, 23 set. 2016. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-746-22-setembro-2016-783654-publicacaooriginal-151123-pe.html>. Acesso em: 6 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n. 3, de 21 de novembro de 2018b. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. *Diário Oficial da União*, Brasília, 21 nov. 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN3_2018.pdf.A

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 733, de 16 de setembro de 2021b. Institui o Programa Itinerários Formativos. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, edição 177, p. 53, 17 set. 2021. Disponível em: <https://in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-733-de-16-de-setembro-de-2021-345462147>. Acesso em: 6 abr. 2023. cesso em: 6 abr. 2023.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOURADO, L. F. O público e o privado na agenda educacional brasileira. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. F. (org.). **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 5ªed. São Paulo: Cortez, 2006.

FARIAS, A. M. Estado ampliado e o empresariamento da educação pública. **Trabalho Necessário**, [online]v. 20, n. 42, p. 01-24, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i42.53532> Acesso em: 02 jan 2023.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes sociais na América Latina**. 4. ed. São Paulo: Global Editora, 2009.

FREITAS, Luis Carlos. [Ensino Médio será financiado por BIRD e Banco Mundial](https://avaliacaoeducacional.com/2017/07/18/ensino-medio-sera-financiado-por-bird-e-banco-mundial/), 2017. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2017/07/18/ensino-medio-sera-financiado-por-bird-e-banco-mundial/> Acesso em: 8 de nov. 2020.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, G. **A Produtividade da Escola Improdutiva**. 7.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2011.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: História e Implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

KRAWCZYK, Nora. Ensino médio: empresários dão as cartas na escola pública. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 126, p. 21-41, jan.-mar. 2014

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**. O neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

LEHER, Roberto; MOTTA, Vania ; VITTÓRIA, Paolo . Educação Mercantilização em meio a tormenta político-econômica do Brasil. **Germinal:Marxismo e Educação em debate**, [online] v.9, p.14-24, 2017.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.).**Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 137-180.

MOTTA, Vânia ; FRIGOTTO, Gaudêncio . Por que a urgência da reforma do ensinomédio? Medida Provisória nº 746/2016 (LEI Nº 13.415/2017). **Educação & Sociedade**, v. 38, p. 355-372, 2017.

MOTTA, V. C.; ANDRADE, M. C. O empresariamento da ducação de novo tipo e suas dimensões. **Revista Educação e Sociedade**, n. 41, edição especial, 2020.

OLIVEIRA, Diogo Henrique Araujo. **O Programa de Educação Integral do Estado do Rio de Janeiro (PROEIRJ), a Greve dos Educadores e as Ocupações Estudantis de Escolas Públicas**: Hegemonia e Emancipação na Formação da Classe Trabalhadora. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

PERONI, Vera Maria Vidal. **Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 90**. São Paulo: Xamã, 2003.

PERONI, Vera (org.). **O público e o privado na educação interfaces entre estado e sociedade**. São Paulo: Xamã, 2005.

PERONI, Vera. Reforma do Estado e a tensão entre o público e o privado. **Revista SIMPE – RS**, Porto Alegre, p. 11-33, 2007.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?**. São Paulo: Cortez, 2001.

RAMOS, M.; PARANHOS, M. Contrarreforma do ensino médio: dimensão renovada da pedagogia das competências? **Retratos Da Escola**, v. 16, n. 34, p. 71–88, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22420/rde.v16i34.1488> Acesso em: 02 jan 2023.

PEREIRA, Natália Silva. O programa Dupla Escola e o NATA: estudo crítico sobre a parceria público-privada e o ensino profissionalizante no estado do Rio de Janeiro. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.]

RIO DE JANEIRO (Estado). *Deliberação CEE 393 de 14 de setembro de 2021*. Institui a implantação do Documento de Orientação Curricular (minuta). Rio de Janeiro, 2021b.

RIO DE JANEIRO (Estado). Deliberação CEE nº 394. Rio de Janeiro, 2021d. Disponível em: http://www.ioerj.com.br/portal/modules/conteudoonline/do_seleciona_edicao.php?data=MjAyMTEyMTM. Acesso em: 10 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO (Estado). Ofício GG/PL nº 345. Rio de Janeiro, 2021c. Disponível em: http://www.ioerj.com.br/portal/modules/conteudoonline/do_seleciona_edicao.php?data=MjAyMTEyMDM. Acesso em: 10 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Educação. Catálogo Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio. Rio de Janeiro: SEEDUC-RJ, 2022b. Disponível em: <https://novoensinomedio.educacao.rj.gov.br/pdfs/catalogo-if.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Educação. Plano de implementação Novo Ensino Médio. Rio de Janeiro: SEEDUC-RJ, 2021a.